

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000075/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/04/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR020042/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.247475/2024-85
DATA DO PROTOCOLO: 26/04/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREG DE AGENTES AUT DO COM E EMP E ESC DE SERVICOS CONTABEIS DO ESTADO DE RONDONIA - SEAAC - RO , CNPJ n. 05.942.759/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALESSANDRA NASCIMENTO QUINTINO DA SILVA;

E

SESCAP SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSES., PERICIAS, INFORM. E PESQ. E DAS EMP. DE SERV. CONTABEIS DO EST.DE RONDONIA, CNPJ n. 84.581.016/0001-25, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDER MIRANDA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados das Empresas de Serviços Contábeis e de Auditoria, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de Rondônia**, com abrangência territorial em RO.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO DA CATEGORIA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/02/2024 a 31/12/2024

O piso da categoria a partir de 1º de fevereiro de 2024, será de **R\$ 1.562,00** (um mil, quinhentos e sessenta e dois reais), mensais. Ficando assegurado a todos os empregados, representados pelo Sindicato conveniente, a partir de 01/02/2024.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - BASE CALCULO DO REAJUSTE

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/02/2024 a 31/12/2024

Os salários acima do piso, de todos empregados, representados pelo Sindicato conveniente em toda jurisdição, serão reajustados em 1º de fevereiro de 2024 em 5% (cinco por cento), aplicados sobre os salários vigentes em 2023.

§ 1º Para o empregado que recebe salário de parte fixa e variável, o reajuste incidirá sobre a primeira, excetuando-se os adicionais por tempo de serviço.

§ 2º O retroativo da diferença salarial dos meses de fevereiro e março, poderão ser pagos em 02 (duas) parcelas de igual valor, nos meses subsequentes ao fechamento da convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo único: As partes firmarão Termo Aditivo, em 01 de Janeiro de 2025, sobre o novo piso salarial da categoria.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL

Se desta Convenção, não resultar em valor igual ou superior ao Piso Salarial referido no caput desta cláusula, a Empresa complementarará o piso da categoria.

§ 1º: Os empregados das funções de office-boy ou contínuo, copa/cozinha, serviços de limpeza e serviços gerais, admitidos no período de 01/02/2024 a 31/12/2024, farão jus ao piso acima estabelecido.

§ 2º Os empregados que exercem as funções de secretaria e recepcionista; farão jus ao piso da cláusula terceira, contudo, será aplicado o salário mínimo do Governo Federal pelo o período de experiência de no máximo 90 (noventa) dias.

§ 3º: Fica acordado a participação da Comissão de Negociação Coletiva de Trabalho aprovado em assembleia com os trabalhadores, para elaborar novo texto para a CCT de 2025/2026.

§ 4º: Não será permitido a utilização da tabela de proporcionalidade para reajuste dos contratos de trabalho de qualquer natureza.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

A empresa compromete-se em realizar o pagamento de seus empregados nas seguintes condições:

§1º Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º (súmula nº 381 do TST).

§2º Na hipótese de pagamento por cheque será proporcionado ao empregado no dia do pagamento, tempo hábil para recebimento no banco, dentro da jornada de trabalho, em escala alternada;

§3º O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo cópia ao empregado com identificação da empresa e do qual constarão a remuneração, com discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social e o valor correspondente ao FGTS.

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE SALARIOS

Obriga-se a fornecer comprovante de pagamento de salários.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas poderão fornecer vale alimentação a todos os seus colaboradores mensalistas ou comissionados, inclusive os administrativos, por dia trabalhado, desde que a carga horária exceda 4 (quatro) horas trabalhadas.

Parágrafo primeiro - O valor mensal do vale alimentação do colaborador será R\$ 80,00 (oitenta reais), sendo devido o desconto de 1,00% (um por cento) do valor do benefício.

Parágrafo segundo – Os funcionários contratados em regime de tempo parcial, na forma do Art. 58, “A” da CLT, receberão o benefício do vale alimentação proporcional as horas trabalhadas.

Parágrafo terceiro – Este benefício será praticado de acordo com a legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e será concedido através de cartão alimentação.

Parágrafo quarto - Aos dirigentes sindicais liberados, com os direitos assegurados, fica garantido o benefício da alimentação, como se trabalhando estivessem excetuando-se os sábados, domingos e feriados.

Parágrafo quinto – As empresas comprometem-se a pagar o valor referente a alimentação até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA NONA - DA CONCESSÃO E DO USO DO VALE TRANSPORTE

Na forma do Decreto Lei 95.247/85, será fornecido vale transporte aos trabalhadores que utilizam transporte público coletivo.

Parágrafo único. Entretanto se o empregador fornecer a seus empregados alimentação em refeitório próprio ou tíquete-refeição que permita ao empregado alimentar-se nas proximidades de seu local de trabalho, torna-se dispensável a exigência desse benefício para refeição em sua residência.

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE EM DINHEIRO

É facultado ao empregador o pagamento do vale transporte em dinheiro com base no artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal, respeitando os limites determinados por lei e a não vinculação no salário, da parcela correspondente (CLT, artigo 458 parágrafo 2 - alterado pela lei 10.243/2001), não considerado como salário. Não integra a remuneração do empregado para todos os efeitos o transporte gratuito, como também o tempo do empregado no itinerário residência – trabalho – residência.

§ 1º Quando pago em dinheiro a título de auxílio transporte o valor deverá ser atual e equivalente à quantidade de passagens necessárias para o trajeto ida e volta;

§ 2º Se o trabalhador dispuser de condução própria e caso queira utilizá-la para trajeto ida e volta, poderá haver acordo entre as partes para estabelecer o valor do auxílio.

§ 3º A empresa poderá efetuar desconto de 6% do valor do repasse.

§ 4º Não integrarão a remuneração ou salário do empregado, para fins de cálculos e pagamento de verbas ou direitos trabalhistas, as seguintes parcelas:

- a) Vale-transporte, ainda que fornecido em dinheiro;
- b) Benefícios oferecidos pelo empregador que visam suplementar a atividade estatal, tais como educação, convênios médicos e odontológicos, planos de previdência privada;
- c) Os prêmios, mesmo que de forma habitual, por assiduidade ou desempenho de profissional.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO SEGURO DE VIDA

As empresas poderão contratar seguro de vida individual ou coletivo para os trabalhadores, com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cobertura de morte natural, acidental, para invalidez permanente por acidente, e cobertura total com funeral, sem nenhum ônus para o trabalhador

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS

Medicamentos – As empresas poderão fazer convênio com farmácias para efeito de seus empregados adquirirem medicamentos, cujos respectivos valores serão descontados na folha de pagamento. O valor da compra de medicamentos fica limitado a 30% (trinta por cento) do salário base. Se as farmácias resolverem cancelar os convênios, o empregador não fica obrigado a continuar a promover meios para o fornecimento de medicamentos.

Convênios – As empresas só poderão efetuar descontos na folha de pagamento e/ou no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, com prévia autorização do empregado, a título de:

- 1 – Convênios médicos e odontológicos;
- 2 – Farmácia;
- 3 – Plano de Saúde.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DEMISSÕES ANTES DA DATA BASE

Fica convencionado que a data base dos trabalhadores de Agentes Aut. do Com. e Esc. de Serviços Contábeis no Estado de Rondônia será o dia 1º de Janeiro de cada ano.

§ 1º: O empregado que for dispensado, sem justa causa, dentro do período de 30 (trinta) dias que anteceda a data base, terá direito a uma indenização equivalente a um salário mensal da data da dispensa.

§ 2º: Se o término do aviso prévio trabalhado ou a projeção do aviso prévio indenizado se verificar a 30 (trinta) dias da Data Base, será devida a indenização em referência.

§ 3º: O aviso prévio, trabalhado ou indenizado, integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO E RESCISÃO

Fica facultativo a homologação das rescisões de contrato de trabalho com 12 (doze) meses ou mais de serviço perante o SEAAC/RO, e caso opte, deverão ser apresentados os documentos exigidos pela Ementa n. 4, baixada pela Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, ou por outra Ementa daquele órgão.

As Homologações poderão ser efetuadas até 10 (dez) dias após o desligamento do empregado conforme a lei, no SEAAC/RO, desde que o pagamento das verbas rescisórias tenha sido efetuado na conta bancária do trabalhador;

Fica convencionado que quando as homologações forem realizadas no SEAAC/RO, haverá um prazo mínimo de 06 (seis) dias úteis para a solicitação de agendamentos, enviado para o e-mail: adm.seaacro@gmail.com, devendo a empresa levar toda documentação exigida em lei;

As empresas efetuarão o pagamento de R\$ 40,00 (quarenta reais) por homologação de rescisão contratual, no ato da homologação.

§ 1º: O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro na ocasião da homologação (art. 477, § 40 da CLT). Podendo ainda, de acordo com a instrução normativa 02/92 do MTE, o pagamento ser efetuado através de depósito bancário, comprovado, em conta corrente do empregado, transferência bancária, desde que o estabelecimento bancário esteja situado na mesma cidade do local de trabalho.

§ 2º: Por ocasião da homologação da rescisão contratual, o SEAAC/RO comunicará por escrito a empresa, eventual irregularidade ou diferenças decorrentes do extinto contrato de trabalho, para regularização dos valores, evitando-se, assim, demandas desnecessárias.

§ 3º No interior do Estado onde não existe atualmente sede da entidade sindical, as homologações serão realizadas por meios eletrônicos, conforme previsão legal, respeitadas as exigências dos parágrafos primeiro e segundo deste artigo.

§ 4º É gratuita a homologação de rescisão de contrato de trabalho para o trabalhador que fez o recolhimento da contribuição assistencial laboral, para tanto, o contribuinte deve no momento da homologação comprovar sua contribuição dentro do ano da dispensa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CARTA DE APRESENTAÇÃO

Quando solicitado pelo empregado por escrito, o empregador fornecerá declaração, no ato da rescisão de contrato ou homologação, exceto na demissão por justa causa

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AVISO PRÉVIO

Ao empregado que peça demissão poderá ser dispensado do cumprimento e/ou do pagamento do aviso prévio a critério do empregador

MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO TRABALHO INTERMITENTE

O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito para prestação de trabalho intermitente, nos termos da lei.

Parágrafo único: Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DE APARELHOS CELULARES E ACESSÓRIOS

Não é permitido o uso de telefone celular, smartphone e dispositivos similares, durante o horário de trabalho, para o acesso à internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, músicas inclusive para ligação de voz, exceto acordo individual entre empresa e seus empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O uso de telefone celular, smartphone e dispositivos similares, para o acesso à internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, músicas, ou qualquer outro uso, será permitido apenas no intervalo para descanso intrajornada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de o empregado precisar atender ou realizar uma ligação particular de caráter emergencial durante o horário de trabalho, deverá interromper a atividade que estiver desenvolvendo e se posicionar, em área que será delimitada pelo empregador, para utilização do dispositivo, de modo a não prejudicar/atrapalhar o serviço dos demais trabalhadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O uso inadequado de telefone celular, smartphone ou dispositivo similar, assim considerado o que não observar o disposto nesta Cláusula, constituirá atitude passível de advertência e, em caso de reincidência, será considerada ato faltoso, sendo aplicáveis as punições disciplinares previstas na letra “e”, do artigo 482 da CLT.

PARÁGRAFO QUARTO – Os empregadores irão realizar campanhas educativas de uso responsável do celular, durante um prazo de 90 (noventa) dias, a partir daí, dar-se-á vigência às restrições do uso dos aplicativos mencionados nesta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – Os empregadores devem afixar, em local visível, aviso de proibição de uso de telefone celular, smartphone ou dispositivo similar, assim como informar os horários permitidos.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE

A empregada gestante é assegurada a estabilidade conforme prevê o art. 10, II, b, do ADCT da CF/88 e a descrição da Súmula 244, TST.

- a) A comprovação do estado de gravidez da empregada será feita através da apresentação de atestado médico oficial ou profissional credenciado pela empresa.
- b) Na ausência de serviço médico da empresa, esta fica obrigada a aceitar os atestados fornecidos por médico de Sindicato dos Empregados, rede pública ou particular desde que comprovada sua autenticidade.
- c) Toda empregada, ao saber que está grávida, obriga-se a comunicar por escrito à empresa.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ESTABILIDADE POR ACIDENTE

Fica assegurada a estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei nº 8.213 de 24/07/91, ao empregado afastado por motivo de acidente de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE DO EMPREGADO PRESTES A SE APOSENTAR

Os empregados que comprovadamente estiverem a 24 (vinte e quatro) meses de aquisição ao direito de aposentadoria por tempo de serviço ou idade, que conte com o mínimo de 5 (cinco) anos, na atual empresa, não poderão sofrer despedida arbitrária nos 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a aposentadoria, salvo justa causa comprovada.

Parágrafo único. Ocorrendo o desligamento por motivo de aposentadoria o empregado nas condições acima, faz jus a um salário nominal a título de gratificação.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE VIGENTES E DA COMPENSAÇÃO SUPERVENIENTE

Ficam mantidas as condições e os termos vigentes, as vantagens, as obrigações e demais normas regulamentares estabelecidas em sentenças normativas e acordos, desde que não colidam com o estabelecido na presente Convenção, observado o disposto na CLÁUSULA QUARTA, desta Convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Estando o empregado assegurado pela estabilidade provisória de que tratam as CLÁUSULAS DÉCIMA NONA, VIGESIMA e VIGÉSIMA PRIMEIRA é proibido ao empregador conceder-lhe aviso prévio, salvo quando for de interesse do próprio empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

A remuneração do repouso semanal e dos feriados será paga ao comissionista, horista e ou diarista, sujeito a controles de frequência ou de produção, qualquer que seja o modo de aferição do trabalho pela empresa, nos termos da Lei nº. 605, e do Enunciado nº 27, do TST

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORNECIMENTO DE LANCHES

Os empregadores fornecerão gratuitamente, lanches aos seus empregados convocados para prestação de serviços extraordinários, constituído no mínimo de 01 (um) pão de sal de 50 gramas, manteiga, café e leite.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

De acordo com a legislação atual, fica a empresa autorizada a negociar diretamente com o funcionário um acordo individual de banco de horas à ser compensado em até 06 meses.

Fica pactuada nesta CCT que a compensação de Horas Trabalhadas com duração superior a 06 (seis) meses limitada a 01 (um) ano, só poderá ser feito mediante Acordo coletivo, com a ciência dos trabalhadores e homologadas pelo Sindicato Laboral, limitando a 02 (duas) horas diárias.

Parágrafo Único: Homologação de forma específica perante o sindicato laboral, mediante o pagamento de 1/5 (um quinto) piso salarial da categoria para empresas com até 10 (dez) colaboradores e ½ (meio) piso salarial da categoria para as demais, em prol do sindicato laboral.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FALTAS JUSTIFICADAS

O empregado que se submeter a exames vestibulares até o limite de 3 (três) inscrições por semestre em universidades, faculdades ou centros de ensino superior, terá abonadas as suas faltas nos dias de prova, desde que avisada a empresa com 72 (setenta e duas) horas de antecedência e mediante comprovação de comparecimento por escrito, desde que não cause prejuízo ao empregador.

- a) Provas realizadas em estabelecimentos de ensino oficial mediante prévia comunicação por escrito ao superior imediato, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, devendo a empresa informar aos funcionários tal procedimento.
- b) Licença paternidade – A razão de 05 (cinco) dias consecutivos, imediatamente após o parto. A empresa que participa do “programa empresa cidadã” concederá 20 dias sem prejuízo nos vencimentos do trabalhador.
- c) Casamento – A razão de 03 (três) dias consecutivos.
- d) Falecimento – De dependente direto, 02 (dois) dias consecutivos.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS HORAS EXTRAORDINARIAS E DAS HORAS COMPENSADAS

As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ATESTADO MÉDICO

Fica determinado que os atestados médicos fornecidos pela rede pública, particular ou departamento médico do Sindicato Laboral, desde que o médico seja credenciado pelo Ministério do Trabalho, terão validade para justificar as faltas, por motivo de doença perante os empregadores, de acordo com a Lei 605/49, Artigo 12, § 1º e 2º.

§ 1º - O atestado deverá ser entregue no período máximo de 48h (quarenta e oito horas) a contar da data de sua emissão, desde que tal procedimento seja comunicado previamente ao trabalhador pelo empregador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FILHO MENOR

Assegura-se o direito à falta remunerada de até 02 (dois) dia por semestre ao empregado, para levar ao médico, o filho menor ou dependente previdenciário, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme o Precedente Normativo (positivo) nº 95, do TST.

Fica estabelecido nesta Convenção, que as empresas vinculadas ao SESC-RO enquadradas no grau de risco 1 e 2, segundo o quadro 1 da NR 4. Poderão ser dispensadas, mediante Acordo Coletivo, da realização do exame demissional de seus empregados se tiverem realizado o último exame médico ocupacional em até 270 dias, conforme previsto no item 7.4.3.5 e 7.4.3.5.1 da NR nº 07, Portaria 3.214/78 do MTE, da Lei nº 6.514/77.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO UNIFORME E OUTROS EQUIPAMENTOS

O uniforme e outros equipamentos obrigatórios ao exercício regular da atividade serão fornecidos pelo empregador e são de sua propriedade, estando o empregado obrigado a mantê-los sob sua guarda e devolvê-los na situação que se encontrarem, sempre que solicitados. Para as atividades que não são obrigados ao uso do uniforme, facultam-se as partes negociarem.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO LIVRE ACESSO

Livre acesso à diretoria do SEAAC/RO devidamente credenciado e identificado, às instalações das empresas para coleta de adesões, divulgações de materiais de interesse dos trabalhadores e verificação do cumprimento da Legislação e da Norma Coletiva.

Parágrafo Único – Livre imprensa sindical – Fica determinado que as empresas sejam obrigadas a designar local para afixar avisos aos seus empregados, quando solicitado por seu presidente, desde que não tenham conteúdo político partidário, expressões ofensivas ou de desrespeito a pessoas físicas ou jurídicas e ao regimento da empresa.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA CEDÊNCIA REMUNERADA

Fica obrigado o empregador dos membros efetivos da diretoria sindical laboral a ceder o empregado eleito ou suplente em exercício para representação da categoria profissional, 01 (um) dia por mês, mantendo-se inalterada a sua efetiva remuneração junto ao empregador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA PARTICIPAÇÃO DOS DELEGADOS DO SINDICATO EM ENCONTRO SINDICAL

As empresas considerarão como licença remunerada o tempo em que os Delegados do Sindicato Conveniente, legalmente designados em Assembleia Geral, se ausentarem do serviço em número não superior a 04 (quatro) dias úteis por ano, para participação em congressos, seminários, convenções e encontros de natureza sindical.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL

Fica instituída e considera-se válida a contribuição assistencial negocial, com fundamento no que dispõe o inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, expressamente fixada nesta convenção coletiva de Trabalho, aprovada em assembleia dos empregados, para custeio da entidade sindical profissional, em decorrência das negociações coletivas trabalhistas, a ser descontada pelas empresas nos contracheques dos empregados, uma vez ao ano, na data prevista neste ACT, na forma dos parágrafos seguintes.

§ 1º: – A contribuição assistencial negocial, é devida a todos os trabalhadores beneficiados pela presente convenção coletiva, que é fruto de negociação desta entidade, e decidida em assembleia com os trabalhadores e com base no artigo 513 da CLT a qual preleciona “são prerrogativas dos sindicatos impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.”

§2º: - Os valores das contribuições previstas no caput desta cláusula correspondem a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) do valor do salário bruto, devido ao empregado, com o limite máximo de R\$ 99,00 (noventa e nove reais), devendo o desconto ser no mês de **abril** de 2024 e **março** de 2025 e o repasse até o 5º dia útil dos meses subsequentes, sob a rubrica de “contribuição assistencial laboral”.

§3º: - Esta cláusula não se aplica ao empregado aprendiz a que se refere o art. 428, da CLT.

§4º: - Os valores deverão ser creditados em favor da entidade sindical profissional, através de boleto, solicitado pelo e-mail: adm.seaacro@gmail.com ou através de depósitos bancários pelo empregador, na Conta Corrente do sindicato Laboral Conta Corrente 00003068-7, Agência 0632, Operação 003, da Caixa Econômica Federal. Caso o pagamento seja efetuado através de depósito em conta.

§5º: Em ambos os casos, as empresas deverão enviar o comprovante ao sindicato Laboral, juntamente com a relação dos empregados com os devidos descontos, para efeito de controle pelo SEAAC/RO.

§6º: – Ainda, considerando a redação atribuída ao art. 611-A da CLT determina a prevalência das normas coletivas (acordos e convenções) sobre os dispositivos legais, quando dispuserem sobre temas como jornada de trabalho, intervalo intrajornada, modalidade de registro da jornada, entre outros.

§ 7º – Os empregados admitidos após a data-base serão descontados no primeiro pagamento de seu salário, sendo-lhes facultado o exercício do direito de oposição, conforme previsto no parágrafo 9º desta cláusula.

§8º – Os empregados, devidamente comprovado por meio da CTPS, poderão exercer o direito de oposição à contribuição a cada ano, prevista nesta cláusula, devendo se manifestado de maneira individual, por escrito, contendo o nome, o RG, CPF, e-mail e telefone do empregado, bem como a identificação completa da empresa, inclusive nome, CNPJ e endereço, no prazo de até 10 (dez) dias após o registro no MTE. A oposição deverá ocorrer com a apresentação de justificativa de quais motivos e razões o trabalhador não quer ser assistido pela entidade sindical que lhe garante benefícios e luta por melhorias anuais no seu labor, sendo exclusivamente de forma pessoal apresentando documento devidamente assinado em 2 (duas) vias, e entregue no endereço: Rua das Mangueiras, nº 1253, sala 01, Bairro Eletronorte, Porto Velho/RO, das 14h00hs às 17h00hs.

§9º – Os trabalhadores que desejarem realizar a oposição a Contribuição Assistencial negocial, porém residem fora do município de Porto Velho, poderão solicitar a oposição ao desconto encaminhando a carta de oposição por e-mail pessoal, para adm.seaacro@gmail.com, conforme § 9º desta cláusula.

§10º – O recolhimento da contribuição assistencial negocial efetuado fora dos prazos mencionados nos parágrafos primeiro e segundo será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias. Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 2% (dois por cento), correrão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor principal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

É facultado a CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL, prevista no artigo 8º Inciso IV da Constituição Federal, fixada em Assembleia Geral para o exercício 2024/2025.

DISPOSIÇÕES GERAIS

REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA RENEGOCIAÇÃO

As partes poderão rever esta Convenção em seu todo ou em parte, imediatamente a qualquer modificação ou alteração que venha ocorrer na legislação trabalhista, e, em especial no que concerne à reforma da legislação sindical.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS DIVERGÊNCIAS

As controvérsias, dúvidas e divergências relativas às cláusulas ora convencionadas serão resolvidas através da Justiça do Trabalho.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Na hipótese de violação comprovada de cláusula (s) desta Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, por parte do SEAAC/RO, do Empregador, Sindicatos Patronais; caberá à parte infratora pagar multa de 02 (dois) pisos salariais da categoria, por cada cláusula descumprida, e na (s) reincidência(s) será aplicada à multa em dobro.

Parágrafo único - Para tanto as partes elegem e autorizam a Justiça do Trabalho do TRT da 14ª Região, a aplicar a(s) referida(s) multa(s) convencionada em favor do requerente.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Com o fim de garantir a segurança jurídica das relações trabalhistas, fica facultado para o empregador o Termo de Quitação Anual de Obrigações Trabalhistas, a ser homologado de forma específica perante o sindicato laboral, mediante a contribuição de R\$100,00 (cem reais), por colaborador o termo de quitação a ser revestido em prol do sindicato laboral

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA ULTRATIVIDADE DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Mesmo depois de vencido o prazo da presente Convenção Coletiva de Trabalho as cláusulas não negociadas continuarão a vigor conforme preceitua a legislação vigente. E por estarem justos e acordados, e para que se produzam os efeitos jurídicos legais, assinam às partes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DATA COMEMORATIVA

Fica assegurado aos empregados representados por este Sindicato, que a data comemorativa da Categoria será no dia do contabilista, 25 abril de cada ano, facultado acordo entre Empregador e Empregados, comemorar como dia não trabalhado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE DA CCT 2024/2025

As partes se obrigam a promover ampla publicidade dos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho – CCT

}

ALESSANDRA NASCIMENTO QUINTINO DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREG DE AGENTES AUT DO COM E EMP E ESC DE SERVICOS CONTABEIS DO ESTADO DE
RONDONIA - SEAAC - RO

EDER MIRANDA
PRESIDENTE
SESCAP SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSES., PERICIAS, INFORM. E PESQ. E DAS EMP. DE SERV. CONTABEIS
DO EST.DE RONDONIA

ANEXOS

ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.